

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

991227716-3/11 DR/PR
AMAPAR

0055108

Amapar e Judicemed | Edição nº 176 | www.amapar.com.br

Política criminal e reflexão

Juristas comentam a parceria teuto-brasileira, descriminalização de drogas, Código Penal, sistema carcerário e atuação da magistratura.

"Poderíamos salvar muitas vidas se alterássemos o mercado das drogas, da proibição para a regulação"
Professor Sebastian Scheerer, criminólogo alemão.

"Nunca o povo precisou tanto de bons Juízes"
Professor Juez Cirino dos Santos, referência na área da Criminologia crítica.

"Não é possível transformar a lei penal em uma sucessão de bandeiras do politicamente correto"
José Laurindo de Souza Netto, desembargador do TJPR.





*Com o Empréstimo Consignado
ALFA, realizar pode ser tão
fácil quanto sonhar!*



*É dinheiro
na mão, sem
burocracia!*

- ▶ *Atendimento Diferenciado*
- ▶ *Taxas e Prazos Especiais*
- ▶ *Desconto em Folha*

Entre em contato e faça uma simulação:

Curitiba: Rua Marechal Deodoro, 941 - Centro
Tels: (41) 4501-3488 / (41) 7811-7883
(41) 7816-7671 / (41) 7815-6988
consignacaoctba@bancoalfa.com.br

4004-3344 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800-725-3344 (Demais Localidades)

BANCO  **ALFA**

Paraná na fita!

Meus queridos amigos,

Tradição no Paraná é a autofagia, capacidade de autodestruição com a oposição de resistências ao semelhante que procura um lugar destacado ao sol, com criatividade e inventividade. Esta característica, típica como a Araucária ou a Gralha Azul, nossos símbolos, prejudica o destaque do próprio Estado no cenário nacional. Exemplo disso é a omissão histórica de paranaenses nas indicações para cargos de alto relevo e com poder de influência no comando central, donde partem as principais decisões que definem os destinos do Brasil e dos brasileiros, os comandados.

Ruptura dessa realidade não acontece tão de repente, mas algumas tendências se revelam muito nítidas e indicam que, a continuar assim, cada passo desse caminhar saudável elevará o Paraná ao destaque e posição merecidas no contexto nacional.

Exemplo disso temos, por exemplo, a indicação de Gleisi Hoffmann, recentemente eleita Senadora da República, como Ministra Chefe da Casa Civil, assumindo, em seu lugar, o suplente, Senador Sérgio Souza, este que recentemente se intitulou embaixador do Judiciário no Senado.

Na AMB, o Paraná tem mais de dezoito magistrados que integram a sua Diretoria, merecendo destaque a recente indicação do amigo Frederico Mendes Junior, nosso 1º Vice Presidente, como representante da magistratura estadual, em comissão formada pelo CNJ para reestudar as Resoluções 13 e 14/2006, com objetivo de uniformizar as carreiras, assegurando direitos iguais a todos os magistrados.

Ainda, o Paraná foi presenteado com a notícia de composição do Professor Sergio Luiz Kukina na lista tríplice para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a membros do Ministério Público.

E mais um fato de destaque foi a convocação do Desembargador Jonny de Jesus Campos Marques para compor o Superior Tribunal de Justiça.

É o Paraná na fita! Reforça esse asserto a posse do Ministro Felix Fischer como Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Conquanto alemão, faz ele questão de frisar que é paranaense de coração. Esse acontecimento faz dele a maior autoridade judiciária que o Paraná já teve, e ainda, o maior paranaense da magistratura nacional.

Não há como negar essa realidade, por mais que os autógrafos de plantão procurem, nas cavernas dos tempos já idos, desmenti-la.

No mais, vale a pena frisar o sucesso do último Encontro Teuto Brasileiro de Criminologia e Política Criminal, que contou com a participação de criminólogos de fama mundial, como é o caso de Sebastian Scheerer e Juarez Cirino dos Santos, que não só abrilhantam as páginas da nossa revista, como também nos brindam com excelentes entrevistas, a exemplo de Jörg Stippel e José Laurindo de Souza Netto.

Destaque do evento, a presença de dois Senadores da República: Sérgio Souza e Roberto Requião. Este, aliás, assistiu às palestras da plateia e conviveu com os magistrados durante os três dias do encontro, enriquecendo os debates, e ainda, convidando a magistratura paranaense a participar da elaboração do anteprojeto do novo Código Penal, com o encaminhamento de sugestões e propostas.

Está de parabéns a organização do Encontro, em especial o colega Luiz Fernando Tomasi Keppen, homenageado na ocasião com uma placa alusiva, além dos diretores Evandro Portugal e Flavia Vianna. Também não podemos olvidar o empenho e dedicação de toda a equipe da Amapar, então chefiada pela Jennifer, que contou com a ajuda da nossa amiga Juci Pallar, também imprescindível em matéria de eventos.

O sucesso do encontro e a riqueza e profundidade dos temas eleitos e debatidos mereceu a relevância recebida neste exemplar que ora apresentamos a todos os leitores, sendo material a ser guardado e conservado nas estantes para a consulta de hoje e de gerações futuras. Aproveitem.



AMAPAR - GESTÃO 2012/2013

DIRETORIA Presidente Fernando Swain Ganem
1.º Vice-Presidente Frederico Mendes Junior 2.º Vice-Presidente Hélio César Engelhardt 3.º Vice-Presidente Marcos José Vieira 4.º Vice-Presidente Carmen Lucia Rodrigues Ramajo 5.º Vice-Presidente Haroldo Bernardo da Silva Wolff 6.º Vice-Presidente Sergio Luiz Kreuz 1.º Secretário¹ Diego Santos Teixeira 2.º Secretário¹ Cristina Trento 1.º Tesoureiro¹ Luiz Cesar Nicolau 2.º Tesoureiro¹ Leo Henrique Furtado de Araujo
Diretores Executivos Fabio Ribeiro Brandão, Noeli salete Reback, João Luiz Manasses de Albuquerque, Geraldo Dutra de Andrade Neto, Antonio José Carvalho da Silva Filho, Jurema Carolina da Siveria Gomes, Luiz Fernando Thomas Keppen, Lidia Munhoz Mattos Guedes
APOIO
Apoio e Valorização ao Magistrado¹ Ronaldo Sanso Guerra
DEPARTAMENTOS
Segurança Carlos Henrique Licheski Klein
Boas Práticas Joeci Machado Camargo, Suzana Massaki Hiramal Lde Oliveira, Vanessa Aparecida Pelhe Gimenez, Diego Santos Teixeira
Aposentados¹ Wagner José Coltro
Assuntos Institucionais Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Assuntos Legislativos¹ Fabio Bergamin
Capela
Assuntos Previdenciários Marco Antonio da Cunha Araujo
Comunicação Social¹ Rogerio Ribas
Vice Diretor Marcelo Pimentel Bertasso
Convênio Francisco Carlos Jorge
Cultural - Diretor¹ Evandro Portugal
Membros Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueri Sanches
Divulgação e Revista Joatan Marcos Carvalho
Esportes¹ Luiz Taro Oyama
Atletismo Roger Vinicius Pires de Camargo
Oliveria Futebol Davi Pinto de Almeida
Informática¹ Rui Portugal Bacellar
Integração - Curitiba, RMC e Litoral¹ Regina Lima
Integração - Interior Larissa Angélica Copack Muniz
Direitos Humanos Oswaldo Soares Neto
Memória e Arquivo¹ Chloris Elaine Justen de Oliveira
Motociclismo Edgar Fernando Barbosa
Mútua Themis Almeida Furquim
Cortes Obras - Diretor Alexandre Barbosa Fabiani
Obras - Vice-Diretor Horacio Ribas Teixeira
Ouvidoria Rosicler Maria Miguel Vigna
Mandorlo Patrimônio¹ Fernando Ferreira de Moraes
Pensionistas¹ Marília de Oliveira Viel
Planejamento Estratégico Fabio Andre Santos Muniz
Recursos Humanos Maria Roseli Guiesmann
Sersocial - Diretor Joel Pugsley
Sersocial - Membros José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann
Social Fabiane Pieruccini
Vices Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa, Andrea Fabiane Groth Busato
Tênis - Diretor Wilson Jose de Freitas Junior
Vice-Diretor Andre Carias de Araujo
SEDES Colombo - Vice Diretor José Luiz Dosciatti
Foz do Iguaçu - Diretor Geraldo Dutra de Andrade Neto
Vice-Diretor Nicola Frascati
Guaratuba - Diretor Ricardo Henrique Ferreira Jentsch
Vice-Diretor Giovanna de Sá Rechia
Londrina - Diretor Ademir Ribeiro Richter
Maringá - Diretor Antonio Mansano Neto
Maringá - Vice-Diretor José Camacho Santos
Pilarzinho - Diretor Silvio Binbara
Vice-Diretor Romero Tadeu Machado Piraquara
Diretor Marcos Vinicius Schiebel
Vice-Diretor Vitor Roberto Silva
Ponta Grossa - Diretor Fabio Marcondes Leite
Vice-Diretor Joao Campos Fischer
CONSELHO FISCAL Presidente Luiz Carlos Gabardo
Membros Adalberto Jorge Xisto Pereira, Ana Lucia Lourenço, Irineu Stein Junior, Larissa Angélica Copack Muniz, Marcos Antonio Souza Lima, Jose Roberto Silverio, Carlos Eduardo Mattioli Kochanny, Edson Jacobucci Rueda Junior
Suplentes Fernando Bueno da Graça, Ariovaldo Stropa Garcia, Patricia Roque Carbonieri, Walter Ligeiri Junior, Vanessa de Blassio Mazzutti
EMAP
Diretor Geral Joscelito Giovanni Cé
Supervisor Pedagógico José Laurindo de Souza Netto
Coord. Geral de Cursos Luciano Campos de Albuquerque
Coord. Formação Inicial Luciano Campos de Albuquerque
Curitiba - Diretor Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes do Amaral, Rafael Vieira de Vasconcellos
Pedroso Cascavel - Diretor Rosaldo Elias Pacagnan
Foz do Iguaçu - Diretor Marcos Souza Lima
Maringá - Diretor William Artur Pussi
Ponta Grossa - Diretor Guilherme Frederico Hernandez Denz
Umuarama - Diretor Maira Junqueira Moretto Garcia
JUDICEMED Presidente Fernando Swain Ganem
Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza
Diretor Financeiro Luis Carlos Xavier
Diretor Administrativo Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Conselho Fiscal - Presidente Valter Ressel
Membros Marco Antonio Massaneiro, Raul Vaz da Silva Portugal
Suplente Michela Vechi Saviato
Conselho Gestor Antonio Renato Strapasson, Hayton Lee Swain Filho, Shiroshi Yendo, Fabiane Pieruccini

Grande abraço,

Fernando Ganem, Presidente.

Astrid, Espínola e Hipólito

Pleno passa a contar com novos desembargadores

No mês de agosto o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná passou a contar com a atuação de três novos desembargadores. Chegaram para somar votos às câmaras da Corte paranaense os magistrados Carlos Eduardo Andersen Espínola e Astrid Maranhã de Carvalho Ruthes, além do advogado José Hipólito Xavier da Silva, ex-presidente da OAB/PR. Espínola foi promovido por antiguidade após a aposentadoria compulsória de Celso Saito. Astrid chega ao Pleno após ser promovida pelo critério de merecimento e assume a cadeira deixada por Marco Antonio Moraes Leite. Já Hipólito ocupou a vaga do quinto constitucional, destinada aos advogados, em substituição ao ex-presidente do TJ, Oto Luiz Sponholz.

Espínola na Corte - Um ato discreto, realizado no dia 16 de agosto, marcou a posse de Carlos Eduardo Andersen Espínola no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O magistrado recebeu manifestações de carinho dos familiares e foi saudado pelo presidente da Corte, o desembargador Miguel Kfourri Neto. "Tenho a honra de empossá-lo no último degrau da magistratura paranaense e a certeza de que a presença do senhor só vem a engrandecer nossa Corte", disse o presidente.

O novo desembargador ressaltou que a promoção o deixou honrado e feliz, tanto pela concretização de um sonho, quanto por receber a promoção em um momento de grandes avanços no Judiciário. "Desejo continuar julgando com equilíbrio, bom senso e equidade, de modo a contribuir com o bom nome de nosso egrégio Tribunal de Justiça", finalizou.

Carlos Eduardo Andersen Espínola é formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1968/1972). Advogou em Curitiba, na área Cível, durante 14 anos. Foi aluno da primeira turma da Escola Superior da Magistratura do Paraná (1983/1984). Aprovado em concurso público, em 1986, para o cargo de juiz substituto da magistratura paranaense. Assumiu em janeiro de 1987 a então 38ª Seção Judiciária (hoje 42ª), com sede na comarca de Paranavaí, oportunidade em que julgou, também, nas comarcas de Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica. Em dezembro de 1988 foi promovido a juiz de Direito da comarca de entrância inicial de Salto do Lontra. Em janeiro de 1990, por remoção a pedido, trabalhou na comarca de Paracaty, até ser promovido, em abril de 1991, ao cargo de juiz de Direito de entrância intermediária de Paranavaí, retornando, portanto, àquela comarca, na qual permaneceu até ser promovido, em maio de 1995, ao cargo de juiz de Direito substituto de entrância final da comarca de Curitiba (3ª Seção Judiciária). Na capital, no exercício da



Astrid assumiu o cargo de desembargadora após ser promovida pelo critério de merecimento.

substituição, atendeu a inúmeros juízos, até dezembro de 1997 quando, removido por opção e pelo critério de antiguidade, assumiu a titularidade da 14ª Vara Cível. Posteriormente, em abril de 2002, por remoção a pedido, com observância a igual critério, passou a judicar na 18ª Vara Cível do mesmo Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba.

Desembargadora Astrid - A juíza de Direito substituta em 2º grau, Astrid Maranhã de Carvalho Ruthes foi empossada no dia 17 de agosto, na Sala de Atos da presidência. O ato que formalizou a promoção da magistrada foi conduzido pelo presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfourri Neto, e teve a presença de desembargadores, juízes, promotores, advogados, além de familiares e amigos da empossada.

A nova desembargadora foi saudada pelo juiz auxiliar da presidência, Eduardo Casagrande Sarrão, que também representou a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). "Nós magistrados, seus colegas de trincheira na luta pela sonhada Justiça, estamos orgulhosos por mais este importante e merecido passo que Vossa Excelência deu em sua carreira", disse Sarrão.

Antonio Carlos Efing representou a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, quando destacou a dedicação profissional de Astrid. Em nome do Ministério Público do Paraná, Clayton Albuquerque Maranhão, deu as boas-vindas à empossada. "Considere-se uma vencedora. Sua trajetória como magistrada enaltece ainda mais o Judiciário paranaense", afirmou.



A mais nova integrante da Corte paranaense agradeceu amigos e familiares por compartilhar desta nova fase de sua carreira.

A magistrada, que ocupa a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Marco Antônio de Moraes Leite, lembrou da trajetória profissional de seu colega, de sua dedicação e respeito aos jurisdicionados.

Astrid Maranhão de Carvalho

Ruthes é formada pela Universidade Católica do Paraná e cursou a Escola da Magistratura no período 87/88. Ingressou na magistratura no ano de 1989, sendo juíza substituta em Castro e Campo Largo. Promovida por antiguidade como juíza de Direito para a comarca de Cândido de Abreu. Posteriormente atuando em São Mateus do Sul, entrância intermediária, em 1992. Atuou

em Pato Branco no ano de 1995.

Promovida por antiguidade para a 6ª Seção Judiciária de Curitiba, e após, promovida em 2002, por antiguidade, para a 20ª Vara Cível da capital. Opção por antiguidade, em 2006 para o cargo de juíza de Direito substituta de 2º grau junto ao Tribunal de Justiça. Especialista em Pensamento Contemporâneo pela PUC-PR, em Direito Empresarial também pela PUC-PR. Possui mestrado em Direito Econômico e Social. Obras publicadas: artigo "A transmodernidade e o Contrato de Consumo" e o livro "Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor".

Hipólito na magistratura - O advogado José Hipólito Xavier da Silva foi empossado na tarde do dia 3 de agosto, advindo de vaga destinada pelo quinto constitucional. O ex-presidente da OAB Paraná foi escolhido no

dia 22 de junho pelo governador Beto Richa, que fez a nomeação a partir da lista tríplice apresentada pelo Tribunal. À solenidade de posse, também conduzida por Kfourri, compareceram diversas autoridades, além de familiares e amigos do novo desembargador.

O novo integrante da Corte paranaense foi saudado pelo desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, que falou em nome do Tribunal de Justiça. "Nós o recebemos de braços abertos e com fundadas esperanças em seu talento e honradez. Temos certeza que o senhor vem para somar e elevar ainda mais o nome da nossa instituição", afirmou o desembargador, que destacou também as notáveis conquistas na trajetória do novo magistrado.

Hipólito relembrou os tempos que esteve compromissado com a advocacia paranaense. "Venho da advocacia, a quem devo minha vida. Mesmo separando-me da beca para assumir a toga, permaneço com a alma de advogado", disse o novo desembargador que finalizou o discurso ao agradecer seus familiares e aos novos e antigos colegas. "Nós advogados e juízes integramos a mesma família. Nosso objetivo é o engrandecimento do Judiciário", declarou o novo integrante da Corte.

***Com informação da Ascom/TJPR**



Ex-presidente da OAB/PR, José Hipólito chegou ao TJ após ser escolhido para a vaga destinada ao quinto constitucional



Carlos Espínola assume a cadeira deixada por Celso Saito, aposentado compulsoriamente

Para uniformizar carreiras

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou a discutir a revisão das resoluções 13 e 14/2006, que tratam do teto remuneratório da magistratura e dos integrantes do Ministério Público. A pedido de juízes e promotores, alguns itens poderão ser alterados pelo Conselho com o objetivo de proporcionar a uniformização das carreiras em todos os estados da Federação. A Comissão responsável pelo caso será presidida pelo Conselheiro José Lúcio Munhoz e composta por três juízes - um estadual, um federal e outro trabalhista.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) será representada por Frederico Mendes Júnior, que atua como vice-presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), juiz auxiliar da presidência do TJPR e também assessora a presidência da Nacional. De acordo com Mendes Junior, o trabalho estará voltado para pontos relacionados ao pagamento de diárias, auxílio moradia e auxílio de custo. “Estes são benefícios previstos na Lei Orgânica da Magistratura (Loman), contudo, ainda não foram regulamentados por todos os Tribunais”, pontuou.

O magistrado também explica que a uniformização será muito importante para assegurar direitos iguais a todos os magistrados do País. “É papel do CNJ proporcionar este equilíbrio à Justiça Brasileira. O CNJ vai ouvir todos os tribunais e suas respectivas categorias. Pretendemos concluir os trabalhos da comissão no mês de setembro”, informou.

Nova Comissão

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Ganem, constituiu no dia 21 de agosto uma comissão exclusiva para estudos relacionados ao sistema do Projudi – Processo Eletrônico. O grupo de magistrados tem como presidente o juiz Rui Portugal Bacellar Filho e conta com a participação de Abílio Sodré de Freias, Helder Anunziato, Helder Taguchi, James Byron Bordignon e Nilce Regina Lima.



Turma Recursal

Durante a sessão ordinária realizada no dia 10 de agosto, os desembargadores que compõem o Órgão Especial aprovaram, de forma unânime, a transformação de oito cargos de juiz para atuação efetiva na Turma Recursal dos Juizados Especiais. Também foi aprovada a criação de oito cargos de juiz de Direito Substituto no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Ao analisar outro tópico, os magistrados aprovaram o anteprojeto de resolução que dispõe sobre a redistribuição de feitos em tramite da 1ª a 8ª Varas da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial. Após rápida pausa, o colegiado analisará a movimentação na carreira da magistratura.

Jonny Campos Marques no Tribunal da Cidadania

Como informa o site www.stj.jus.br, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou no dia 19 de setembro a convocação de dois desembargadores de tribunais estaduais para compor a Terceira Seção. Jonny de Jesus Campos Marques, do Paraná, e Marilza Maynard Salgado de Carvalho, de Sergipe, irão integrar a Quinta Turma, especializada em direito penal.

Paranaense - O desembargador Jonny de Jesus Campos Marques nasceu na cidade de Palmas (PR). Graduou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba. Em 1972, após concurso, ingressou no Ministério Público do Paraná. Três anos depois, foi promovido ao cargo de promotor de Justiça, tendo exercido suas atividades nas comarcas de Cândido de Abreu, Mandaguaçu, Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba. Em agosto de 1990, foi promovido ao cargo de procurador de Justiça, junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada. Foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público, em março de 1992, e nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em fevereiro de 2002.



A BERGUS Corretora de Seguros oferece condições exclusivas, aos associados AMAPAR e seus familiares, para contratação de seguros de automóveis, residências e vida.

BERGUS e AMAPAR propiciando tranquilidade e segurança a você e sua família!

Faça agora mesmo um contato e confira nossos diferenciais:

41-3023-7487 / 41-30BERGUS / 0800 600 1970
bergus@bergus.com.br / www.bergus.com.br



Quatro décadas de magistratura

Em entrevista realizada por e-mail, o desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação comenta fatos da carreira

“Curitibano por usucapião”, o desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, com mais de quatro décadas de profícuos serviços prestados à magistratura paranaense, conversou com a revista *Novos Rumos* – publicação oficial da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Natural de São Francisco do Sul, Santa Catarina, o magistrado elegeu o Paraná como morada.

Dos tempos da máquina de escrever Olivetti, onde datilografou inúmeras sentenças e despachos, restam boas lembranças, hoje contadas em entrevista encaminhada por e-mail, veja só. O desembargador observou transformações políticas, comportamento da imprensa, contornou períodos de tensão, como a ditadura militar, e acompanhou a recepção da atual Constituição Federal. “Durante a ditadura militar recebi muitos pedidos de informações. Mas nenhuma pressão, nem retaliação. Nunca me senti ameaçado nem amedrontado”, afirma.

Confira a entrevista com o histórico personagem da magistratura paranaense.

Desembargador Onésimo, são mais de quatro décadas de serviços ininterruptos prestados à magistratura paranaense, certo? Como nasceu a aptidão para julgar?

Antes mesmo de ingressar na Universidade Federal do Paraná, já alimentava o desejo de ser juiz, fruto da admiração que tinha por um magistrado de Santa Catarina, pai de um dos meus melhores amigos de adolescência. Realizei o curso de Direito com a ideia preconcebida de ser juiz. No estudo de todas as matérias procurava imaginar o papel do magistrado no trato de todos os assuntos abordados. A aptidão vem com o exercício da função. Além disso, durante o curso trabalhei num escritório de advocacia, cujos profissionais eram um pouco críticos à atuação de alguns magistrados novos. Ao assumir o cargo procurei, então, não incorrer nesses equívocos que aqueles advogados detectavam nesses jovens julgadores.

Na época em que o senhor ingressou na carreira, como o juiz era visto pela sociedade paranaense?

Com muito respeito e admiração. A própria mídia era mais comedida nos seus pronunciamentos acerca de assuntos relacionados ao Poder Judiciário.

Quais os momentos mais críticos, presenciados pelo senhor, no que tange ao cenário político e Judiciário do Paraná?

O mais crítico foi, sem a menor dúvida, a cassação dos desembargadores Alceste Ribas de Macedo, um dos melhores

Presidentes desta Corte, e do Vice-Presidente José Pacheco Júnior, pelo governo militar. Ambos eram muito respeitados e estimados como pessoas, magistrados e administradores. Isso consternou por demais nossa magistratura. Foi nessa frutífera gestão que foram criados o Tribunal de Alçada e a Judicemed, dentre outras realizações. Outro momento foi quando nosso Tribunal deferiu segurança impetrada pelos deputados da oposição, para invalidar a promulgação de uma constituição estadual, por vício do processo legislativo, porque aprovada açodadamente pela maioria governista. Tínhamos uma constituição inconstitucional, e o impasse foi levado ao Supremo Tribunal Federal. Esses fatos ocorreram no início da década de 70, e eu era juiz de Telêmaco Borba, de entrância inicial na época.

Qual momento o senhor recorda facilmente e que traz grande satisfação na carreira?

Nos acessos na carreira e no galgar cargos eletivos no Tribunal de Alçada e no Tribunal de Justiça.

O senhor viveu períodos como a ditadura militar, abertura política, democratização, a chegada de uma Constituição realmente sólida, o temido controle externo do CNJ... O que foi mais significativo?

Durante a ditadura militar recebi muitos pedidos de informações. Mas nenhuma pressão, nem retaliação. Nunca me senti ameaçado nem amedrontado. Mas o momento mais significativo, sem qualquer dúvida, foi a chegada da nova Constituição, que implicou numa nova ordem jurídica, com reflexo em toda a legislação infraconstitucional vigente e a expectativa de aprimoramento do Poder Judiciário.

Após a aposentadoria, possui planos para livro, biografia...

Vou começar a pensar nisso...

Possui algum hobby? Torce por algum time de futebol? É aficionado por literatura, cinema, ou alguma área cultural?

Gosto de leitura e de torcer pelo Clube Atlético Paranaense.

Filhos e netos, quantos são? Como é o nome da esposa do senhor e local onde o senhor nasceu?

Nasci no dia 12 de janeiro de 1944, na cidade de São Francisco do Sul, na bela e Santa Catarina, mas com dois meses de idade transferi residência para Curitiba. Portanto, sou curitibano por usucapião. Sou casado com Aziolé há mais de 40 anos. Ela é psicóloga e eu sou o seu paciente mais complicado. Temos três filhos e duas netas com dupla cidadania: a brasileira, como a mãe, e a americana, como o pai.



TJPR

”

“Sou casado com Aziolé há mais de 40 anos. Ela é psicóloga e eu sou o seu paciente mais complicado”, brinca.



TJPR

Proteção às mulheres

O aniversário de seis anos da Lei Maria da Penha (n.º 11.340 de 2006), completados no mês de agosto, foi comemorado com um passo importante na defesa às mulheres vítimas de violência no estado: a instalação de cinco novas varas especializadas nas cidades de Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu. A instalação das unidades foi firmada em acordo entre entidades governamentais e não-governamentais e oficializada pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

A novidade já era esperada, segundo Rosana Fachin, responsável pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, principalmente porque a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher já havia apontado, em julho desse ano, graves problemas no atendimento a esses casos no Paraná. Além disso, o estado é o terceiro do país em número de mortes de pessoas do sexo feminino (6,3 casos para cada 100 mil habitantes). Em entrevista à **Gazeta do Povo** (confira box ao lado), Rosana falou sobre a importância das novas varas e como está o andamento das investigações desses casos.

Era Kfourri

"Eu queria ver no jornal uma manchete que falasse das mudanças que fizemos no primeiro grau. Se você telefonar aleatoriamente para qualquer uma das 161 comarcas do Estado, quem atender vai confirmar o investimento", desafiou o presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto, em entrevista à **Folha de Londrina**.



Entrevista

Um das dificuldades encontradas pela CPMI é a falta de dados a respeito das investigações e punições para casos de agressão doméstica. Qual o papel da Coordenadoria na resolução desse problema?

Essa preocupação é antiga. Tanto que a Resolução 128 de 2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendava que os tribunais criassem as coordenadorias, porque entendia que, por meio delas, seria mais fácil o monitoramento da situação nos estados. Com o nosso trabalho, o CNJ poderá estabelecer um mapa da violência e saber quais boas práticas são feitas nas cidades e que podem ser levadas a outras.

Como é feito hoje o registro dos casos de violência? E qual a expectativa para o futuro?

Em cada comarca há um distribuidor. O processo chega e eles registram, por exemplo, uma ação penal citando que foi homicídio culposo ou tentativa de homicídio. Aí colocam o nome da mulher. Dessa forma não sabemos se a tentativa de homicídio foi na rua e a mulher estava envolvida ou se foi mesmo tentativa de homicídio do marido contra a esposa. Esse é um detalhe que deveria estar na distribuição do processo para que pudéssemos fazer a contagem. A corregedoria está aprimorando o sistema de informatização para, em breve, saber em tempo real quantos foram os homicídios contra a mulher, contra a criança e contra o adolescente.

Qual a importância da rede formada a partir do acordo firmado?

Conseguiremos juntar as informações que hoje são passadas isoladamente pela Secretaria de Segurança, pelo Tribunal de Justiça e pela Secretaria de Saúde. Vamos ver se há disparidade nas informações. A intenção é ter um único relatório.

O Tribunal de Justiça já tem ideia de quando poderá disponibilizar os dados que faltaram à CPMI?

Até o fim do ano nós teremos um espelho, em tempo real, das distribuições dos processos.

A demanda do Projudi

Atualmente, 58% dos processos na justiça estadual no Paraná são eletrônicos. O total de processos cadastrados no Projudi na última quinta-feira, dia 6, chegava a 1.145.227. Todas as comarcas têm o sistema implantado, assim como todos os juizados especiais, as varas de família e as de infância e juventude. Até o fim do ano, todas as varas cíveis, que são as que têm maior demanda, devem passar a usar também o Projudi. Depois disso, faltarão as varas penais.

Agora, o próprio CNJ está trabalhando com outro sistema e pretende que ele se torne padrão em todas as justiças do país. O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi lançado em 2011 e está em fase de treinamento. Para o presidente do TJ-PR, Miguel Kfourri, o PJe está em fase inicial, enquanto o Projudi está muito a frente. “Eles ainda não têm bem noção do tamanho que o processo eletrônico já atingiu aqui no Paraná” diz Kfourri.

Entusiastas - O juiz Marcelo Bertasso, da 2ª Vara Cível de Umuarama, autointitula-se como “um entusiasta do Projudi”. Com o sistema, ele já conseguiu concluir um processo em oito dias – desde o momento em que a petição foi protocolada até a sentença ser proferida. Se fosse em um processo físico, uma ação civil pública semelhante àquela que ele julgou em praticamente uma semana, levaria, em média, sete meses para ser concluída, de acordo com o juiz.

Bertasso ressalta que uma das vantagens do Projudi é a eliminação do “trabalho braçal”. Com o processo eletrônico, não se perde mais tempo com tarefas mecânicas e burocráticas, como furar os processos, colocar capa e aguardar a publicação no Diário da Justiça. A cada despacho são necessários, pelo menos, dez cliques, como conta a juíza Nilce Regina Lima, do juizado especial de Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba.

Mas o que parece simples pode levar muito tempo se o Projudi não responder. “Se o sistema não funciona, não acontece nada”, diz Nilce. A comarca em que a juíza trabalha foi a primeira a trabalhar com o processo eletrônico no estado. Nilce reconhece as mudanças para melhor que a tecnologia trouxe, mas o desafio, agora, segunda ela, é fazer com que estas melhorias sejam efetivas. A juíza integra uma comissão da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) que se reúne para colher sugestões sobre o sistema e apresentá-las ao Departamento de Informática Tribunal de Justiça do Paraná. Embora uma comissão com o mesmo propósito tenha sido montada anteriormente, esta nova comissão está iniciando os trabalhos deste ano agora. De acordo com Nilce, a maior parte das sugestões da comissão anterior foram atendidas pelo TJ-PR.

Gazeta do Povo

Divulga ou não divulga?

“Há um problema. Divulgar o quanto ele ganha, com todos os descontos... A diferença entre divulgação para efeitos de transparência e invasão de privacidade é bem tênue. Por exemplo: se ele paga pensão, é desagradável [a divulgação integral]. Qual é o interesse geral sobre isso? Na minha opinião, o que poderia haver é a divulgação de quanto é que a categoria ganha por mês. Quanto esse salário é a mais, se não houver justificativa, aí tudo bem: faz-se um carnaval. Mas sem saber a origem desse dinheiro, sem verificar, sem ter informação, é perigoso”. **Ministro Félix Fischer**, novo presidente do Superior Tribunal de Justiça, em entrevista concedida à **Gazeta do Povo**, quando comentou acerca da divulgação de salários dos magistrados e servidores.

“Os magistrados e os servidores têm despesas com o celular descontadas na folha de pagamento e outras pessoas vão ficar sabendo quanto eles gastam no celular e pode ter o pagamento de pensão alimentícia. As outras pessoas não precisam ficar sabendo destas particularidades”. **Fernando Swain Ganem**, presidente da Amapar, que reafirmou opinião ao site **G1** e destacou que a Associação não é contrária a transparência, mas sim a identificação pelo nome. Ele também reconheceu que o poder público tem a obrigação de informar a população quanto gasta com a folha de pagamento, contudo, na avaliação dele, colocar o nome dos juízes e desembargadores os expõe.





Controle e orçamento

A Emap organizou no dia 23 de agosto, em Curitiba, um curso sobre o tema “Orçamento como Instrumento de Controle e Planejamento”. O encontro foi destinado a magistrados e servidores e contou com palestra do professor Armando Santos Moreira da Cunha, que é graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Administração Pública pela University of Southern California – USA, possui doutorado em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Portugal, e coordenador associado de vários projetos de reforma do modelo de gestão de Tribunais de Justiça no país.

Segundo o diretor-geral da Escola, o magistrado Jospelito Giovanni Cé, um dos destaques com a realização do curso ficou para a parceria com a Escola de Servidores da Justiça Estadual. “Em um Estado Democrático de Direito como é o nosso, o debate macro político acerca das esferas estatais de poder, na questão orçamentária, não só é legítimo e necessário, como precisa acontecer com racionalidade e conhecimentos técnicos, ao êxito de uma adequada estratégia de concretização das finalidades reservadas ao Poder Judiciário pela Constituição da República e exigências sociais emergentes”, disse.

Instituição de Ensino Superior

Desde o ano de 2001 a Escola da Magistratura do Paraná (Emap) é reconhecida como Instituição de Ensino Superior para oferta de Cursos de Especialização em Direito - nível de Pós-Graduação lato sensu. A conquista, à época, foi capitaneada pelo desembargador Noeval de Quadros, então diretor-geral da Escola. Pela legislação, a cada cinco anos a Escola deve passar por um processo de credenciamento. O primeiro aconteceu no ano de 2007, e o segundo, para o período de 2012/2016, está em processamento. Uma Comissão de Avaliação Externa, designada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado, reuniu-se com a Direção-Geral, diretores de núcleos, alunos, professores e funcionários fez visitas in loco em todas as unidades da Emap no Estado.

A Comissão encerrou seus trabalhos emitindo parecer favorável ao credenciamento, sugerindo algumas medidas de incremento à Escola e destacando aspectos positivos de nossa Instituição, dentre os quais a qualidade do corpo docente e a viabilidade de realização de curso de mestrado profissionalizante para magistrados. O processo se encontra em trâmite, e a expectativa é de que a Escola tenha êxito em mais este pedido de credenciamento, embasado que está em sólido Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e é muito bom passarmos por este crivo externo, para podermos detectar eventuais correções de rotinas e visualizarmos a potencialidade de nossa tradicional e conceituada Escola de Magistratura.

Jospelito Giovanni Cé – Diretor-geral da Emap



Magistratura paranaense em Buenos Aires

No mês de agosto a Escola da Magistratura do Paraná (Emap) organizou, em parceria com o "Planeta Verde Argentina", a viagem de magistrados paranaenses a Buenos Aires para participarem de palestras na área do Direito Ambiental.

A concretização da parceria e coordenação-geral do evento teve à frente o juiz Luciano Albuquerque, coordenador-geral de cursos da Emap. A delegação do Paraná esteve acompanhada pelo juiz Rodrigo Otávio Gomes do Amaral, diretor do núcleo de Curitiba, que representou a direção-geral da Emap.

Durante o curso na Argentina, os juízes e desembargadores do Paraná aprimoraram conhecimentos em Direito Ambiental, pois muitos dos conflitos recorrentes no Brasil são similares aos do país portenho. As aulas ocorreram na Universidade de Buenos Aires (UBA) e entre os docentes estavam

Nestor Cafferatta, diretor Nacional de Gestão Ambiental da Secretaria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Nação, que palestrou sobre o tema 'Elementos do Direito Ambiental Argentino' e Anibal Falbo, professor e advogado, que explanou sobre a 'Jurisprudência Ambiental Argentina'.

O cronograma de atividades foi intenso e os magistrados também conheceram a Corte Suprema de Justiça da Nação, o Superior Tribunal de Justiça da Cidade de Buenos Aires e a Corte Suprema da Província de Buenos Aires. Participaram do intercâmbio os seguintes magistrados: Guilherme Formagio Kikuchi, Mychelle Pacheco Cintra, Fernando Bueno da Graça, Oswaldo Soares Neto, Carlos Maurício Ferreira, Suzana Massako Hiram Loreto de Oliveira, Beatriz Fruet de Moraes, Vilma Régia Ramos de Rezende, Jorge de Oliveira Vargas e Sergio Luiz Patitucci.

Impressões

"A experiência proporcionada por este intercâmbio foi sensacional tanto do ponto de vista acadêmico, quanto prático. Conhecer as inquietudes de nossos amigos e perceber que muitos de seus problemas são similares aos nossos reforçam a necessidade de nos unirmos por ações conjuntas em prol de um meio ambiente melhor. As visitas às Cortes também nos proporcionaram uma bagagem jurídica e cultural fantástica. Além disso, ressaltamos a cordialidade com que fomos recebidos pelos nossos irmãos". **Guilherme Formagio Kikuchi**

"Gostaria de externar meus cumprimentos pela realização do curso de Direito Ambiental na República Argentina, profícuo evento que enriqueceu-nos juridicamente e culturalmente. A par da excelência das aulas ministradas pelos professores Nestor Cafferatta e Anibal Falbo, muito proveitoso foi o contato com as cortes daquele país, em especial, pela fidalguia que fomos recebidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Corte Suprema, Ministro Ricardo Luis Lorenzetti. Não se olvidar, ainda, da eficiência da coordenação pela professora doutora Alessandra Galli e o acompanhamento do colega Rodrigo Gomes do Amaral". **Carlos Maurício Ferreira**

“As visitas às Cortes foram de grande proveito, porque pudemos tomar contato com a realidade judicial da Argentina e, assim, constatar que compartilhamos dos mesmos problemas e das mesmas angústias e, por isso, podemos buscar soluções também compartilhadas. Além de todo esse ganho em conhecimento, a atenção e o esmero com que fomos tratados por todos os lugares por onde passamos jamais serão esquecidos. O carinho que recebemos de vocês nos estimula à manutenção desse vínculo de amizade e de irmandade. Em razão disso tudo, vamos sim assumir o compromisso de trabalharmos juntos para continuar a estudar o tema de direito ambiental, inclusive com a troca de jurisprudência relevante produzida em ambos os países, tudo para que consigamos atingir o objetivo de multiplicar o conhecimento adquirido”.

Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral

"A experiência do intercâmbio Brasil-Argentina foi maravilhosa; a deferência com que fomos recebidos pelos juízes argentinos e em especial pelo Ministro Lorenzetti, da Corte Superior de Justiça, muito nos honrou; palavras não seriam suficientes para externar nosso imenso agradecimento a todos. A organização perfeita nos aproximou ainda mais da Argentina, tanto no aspecto jurídico, quanto cultural. De fato, devemos criar e valorizar nosso acervo jurídico e cultural latino-americano. Aprendemos sobre a justiça e o engajamento por um meio ambiente melhor, com desenvolvimento racional e equilibrado, através dos julgados da corte argentina. Afinal, o meio ambiente somos nós, unidos em prol de um mundo mais fraterno, humano e feliz; para isso precisamos cuidar de nosso ambiente". **Mychelle Pacheco Cintra**

“Realmente, o encontro em Buenos Aires foi de valor inestimável e a troca de ideias e de experiências nos proporcionou, sem dúvida, o crescimento como magistrados e como pessoas. Espero que continuemos a trabalhar juntos por um mundo melhor”. **Beatriz Fruet de Moraes**



Arbitragem no Paraná

Em parceria com a Câmara de Arbitragem das Indústrias do Estado do Paraná (CAIEP), a Escola desenvolveu em agosto um seminário nas comarcas de Foz do Iguaçu, Umuarama e Curitiba. No total, mais de 300 pessoas participaram das palestras, entre magistrados, advogados, assessores jurídicos, professores e alunos.

O objetivo do Seminário era debater questões relativas à arbitragem nas diversas fases em que o Judiciário é chamado a se pronunciar - desde atos que precedem a instauração, medidas intercorrentes e execução das sentenças arbitrais. Entre os palestrantes, a Emap convidou os docentes Paulo Osternack Amaral e Felipe Sripes Wladeck. O juiz Luciano Campos de Albuquerque, coordenador geral de cursos, fez a abertura solene do evento em Foz.

Curitiba - Na capital, o evento aconteceu nos dias 16 e 17

de agosto, no auditório do Tribunal de Justiça do Paraná, com um público de mais de 100 pessoas. A conferência de abertura foi realizada pela catedrática professora Paula Costa e Silva, que falou sobre o tema 'Panorama das relações entre Poder Judiciário e arbitragem em Portugal'.

A professora e doutora, Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, também palestrou no primeiro dia do evento sobre a temática 'As relações entre juízes e árbitros: considerações gerais'. Em seguida, foi a vez do professor e advogado Eduardo Talamini falar à plateia. Outra presença ilustre foi a da ministra do Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrichi, que proferiu conferência sobre o tema 'Arbitragem e o Poder Judiciário'. Durante a palestra, Andrichi agradeceu o convite e elogiou a iniciativa da Escola.

Paranaense de coração

Magistrados do Paraná prestigiam a posse do ministro Felix Fischer no Superior Tribunal de Justiça

Durante a posse do ministro Felix Fischer como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrida no dia 31 de agosto, vários juízes e desembargadores do Paraná foram até Brasília para parabenizar o novo mandatário da Corte Superior.

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o juiz Fernando Ganem, também esteve na solenidade acompanhado de diversos diretores da entidade paranaense, além de desembargadores que compõem a cúpula do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e de juízes que integram a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). “Fiquei impressionado. Aplaudiram o ministro Fischer por vários minutos. Destaco também a presença maciça de magistrados que representam o Judiciário do Paraná”, evidenciou Ganem.

Fischer tem 64 anos e foi eleito por unanimidade, no dia 28 de junho, para presidir a Corte Superior. O ministro possui estreita ligação com o estado do Paraná, sendo que já foi condecorado no ano de 2010 com a comenda do **Mérito Amapar**. Em recente entrevista publicada na Gazeta do Povo, ele que é natural de Hamburgo, Alemanha, e naturalizado brasileiro, se autodefiniu como “paranaense de coração”.

Durante a posse, o novo mandatário do STJ salientou a tarefa de uniformizar a interpretação da legislação federal infraconstitucional. “Tribunal de envergadura nacional, é aqui no Superior Tribunal de Justiça onde se congregam, de maneira harmoniosa, as carreiras da Justiça comum, do Ministério Público e da advocacia, na básica, mas nem sempre fácil, tarefa de uniformizar a interpretação da legislação federal infraconstitucional. Cada membro integrante oferece características singulares, a par da preparação técnica, que vão

formar o conjunto de matizes que dá feição democrática e pluralista ao Tribunal da Cidadania”, ressaltou Fischer.

O ato que marcou a chegada de Fischer, para mandato de dois anos à frente do STJ, contou com a presença da presidenta e dos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Educação, Aloizio Mercadante; de Minas e Energia, Edison Lobão; e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Também estiveram na posse de Fischer ministros e ex-ministros de tribunais superiores e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia. A vice-presidência do STJ foi assumida pelo ministro Gilson Dipp.

O presidente - Alemão, naturalizado brasileiro, o novo presidente do STJ defende a limitação do número de recursos judiciais. Segundo ele, o processo eletrônico e a Lei dos Recursos Repetitivos geraram avanços significativos. Fischer foi procurador de Justiça do Ministério Público estadual e está no tribunal há 16 anos. Foi ministro e corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de presidente da Comissão de Jurisprudência do STJ e coordenador-geral do Conselho da Justiça Federal (2007) e corregedor nacional de Justiça (2008-2010).



Sai Eliana Calmon, entra Francisco Falcão

A corregedoria nacional da Justiça, órgão máximo de fiscalização do Poder Judiciário brasileiro, tem um novo corregedor. O pernambucano Francisco Falcão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assumiu no dia 6 de setembro o cargo e sucede a ministra Eliana Calmon, também do STJ, que encerra o mandato iniciado em setembro de 2010. Falcão ocupará o posto pelos próximos dois anos, sendo também um dos 15 conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante sua posse, Falcão classificou o CNJ como um divisor de águas no Poder Judiciário. "Temos de tirar as maçãs podres que existem no Judiciário, infelizmente", declarou o novo corregedor, referindo-se a uma minoria de maus juízes cujo comportamento não está de acordo com princípios éticos e morais. O ministro elogiou o trabalho realizado por sua antecessora, ministra Eliana Calmon, a qual classificou como "grande vitoriosa" na batalha de afirmação do órgão.

Ele garantiu que dará seguimento a todo o trabalho iniciado pela antiga corregedora, incluindo as inspeções realizadas nos tribunais. O ministro adiantou que inicialmente visitará os estados ainda não inspecionados pela ministra Calmon. O primeiro será Goiás. "Estão completamente enganados os que pensam que, com a saída de Eliana, o trabalho vai ser modificado", frisou.

Biografia – Nascido em 30 de maio de 1952, em Recife/PE, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto é ministro do Superior Tribunal de Justiça desde junho de 1999. Atuou como corregedor-geral da Justiça Federal entre 2009 e 2011 e foi presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região entre 1997 e 1999.



“(…) Vamos atacar com muita ênfase a questão da uniformização dos vencimentos dos magistrados. Essa é uma bandeira iniciada em 1976, quando meu pai (Djaci Falcão) era presidente do Supremo. Naquela época tentou-se uniformizar, mas nunca se conseguiu. Existe um processo no Supremo, uma ação direta de inconstitucionalidade, com voto vista do ministro Luiz Fux. Ele disse que vai julgar isso logo. Estou só esperando o Supremo julgar. Na hora que o Supremo julgar ninguém ganha mais que o ministro do STF. Quem receber mais vai ter que devolver, Não adianta ficar falando, blá-blá- blá, e o sujeito receber e não devolver”, declarou **Francisco Falcão**, em entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo**.

Noeval fala de Eliana

Sem papas na língua, a ministra Eliana Calmon também ficou marcada pela declaração, polêmica e generalizante, quando disse que existiam “bandidos de toga” na magistratura brasileira. Ganhou os holofotes e figurou como a principal representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – acima, perante a mídia e opinião pública, do presidente da instituição e dos demais conselheiros. “Só não erra quem não trabalha. Não tive excessos, foram excessos de linguagem, importantes para dar conhecimento à população para ajudar na abertura do Judiciário”, sacramentou recentemente, em mais uma das inúmeras entrevistas concedidas.

Durante seu mandato à frente da corregedoria nacional da Justiça, Calmon recebeu 1441 reclamações contra atuação inadequada de magistrados que resultaram em processos administrativos. Foram 50 sindicâncias referentes ao aumento de patrimônio – 38 concluídas. Oito juízes foram afastados dos tribunais.

Para o atual corregedor-geral de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Noeval de Quadros, a ministra é uma idealista por natureza. “Foi inevitável a sua exposição na mídia. Alguns diziam que era porque gostava de aparecer. Ela decidiu carregar uma bandeira, e por isso necessitava contar com a imprensa, embora soubesse que isso tinha um preço. Não se incomodava de ser incompreendida. A sua fala direta algumas vezes desbordou para a generalização e a magistratura reagiu com indignação. Afinal, a esmagadora maioria dos juízes é íntegra e não poderia ser tratada da mesma forma que aqueles – muito poucos – que destoavam do conjunto”, escreveu Noeval, em artigo publicado recentemente na Gazeta do Povo cujo título é Eliana Calmon, um quixote moderno.



Sem precedentes

Amapar realiza encontro inédito de Criminologia com a participação de juristas do Brasil e Alemanha



Estimulada pela participação de juízes e desembargadores paranaenses em um colóquio jurídico na cidade de Hamburgo (Alemanha), no ano de 2011, a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) realizou em julho, na cidade de Foz do Iguaçu, o primeiro encontro Teuto-brasileiro de Política Criminal. Além do ineditismo ao reunir juristas da Alemanha e do Brasil, todos renomados, o departamento cultural da Amapar, dirigido pelo juiz Evandro Portugal, promoveu uma verdadeira reflexão em torno de assuntos palpitantes, como a política de drogas, sistema carcerário e demais temas relacionados à Criminologia crítica.

Capitaneados pelo juiz Luiz Fernando Tomais Keppen, o encontro reuniu, além dos mais de 50 magistrados paranaenses, dois juristas da Alemanha – Sebastian Scheerer e Jörg Stippel. O Brasil foi bem representado pelo professor Juarez Cirino dos Santos, considerado um dos maiores nomes da criminologia contemporânea. Também estiveram presentes os senadores Sergio Souza e Roberto Requião. Souza atua na relatoria do anteprojeto do novo Código Penal e durante o encontro assinou, com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, a minuta para a parceria do TJ com a TV Senado.

A Secretaria de Justiça e Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes, falou sobre os trabalhos realizados frente ao sistema penitenciário, sobretudo com o novo modelo de gestão que o Estado começou a adotar. “Uma das nossas maiores conquistas, sem dúvida, está na efetivação da Defensoria Pública. Ela ajudará a resolver o problema em torno de presos em delegacias”, explicou Uille Gomes. A secretaria apresentou dados úteis relacionados ao perfil dos presos no Paraná. “São 24% condenados por tráfico de drogas e 80% possuem condenações por tráfico, furto ou roubo, mas a associação ao tráfico se destaca, sem dúvida”, informou.

O encontro teuto-brasileiro de criminologia e política criminal terminou com as palestras dos advogados Marlus Arns de Oliveira e Maurício Dieter, cuja temática esteve voltada aos crimes ambientais e econômicos. No fim, os magistrados e professores realizaram um debate qualificado acerca dos assuntos apresentados.



Na Plateia

Atento às exposições dos palestrantes durante o encontro, o senador Roberto Requião, convidado para participar da abertura dos trabalhos, resolveu permanecer durante os três dias de atividades. Atento às explicativas dos alemães, além de ouvir o catedrático professor Juarez Cirino, Requião disse ter ficado impressionado com a conduta da Amapar ao provocar temas de tamanha complexidade e tão atuais no cenário político. “Fiz uma volta aos bancos da Universidade Federal do Paraná. Voltei no tempo e reciclei meus conhecimentos na área da criminologia”, disse o senador, que possui bacharelado no curso de Direito pela UFPR.

Requião confidenciou, também, ter descoberto outra imagem da Amapar, sobretudo ao estar voltada para o debate de temas políticos e republicanos. “Sempre fui um severo crítico do corporativismo individualista estabelecido por associações classistas. Saio daqui com uma nova imagem da Amapar. Imagem de juízes preocupados com a política das cidades”, afirmou Requião. O parlamentar disse que procurará trabalhar na relatoria das alterações do Código Penal que está sendo discutido no Senado Federal. “Quero evitar que o texto seja aprovado de afogadoilho”.



Executivo e Judiciário debatem a política criminal



Brasil e Alemanha: Luiz Keppen e Sebastian Scheerer

Mestre Sebastian

“Droga não é assunto do Direito Penal”



Ele instigou os participantes do encontro teuto-brasileiro de política criminal, realizado no mês de julho, na cidade de Foz do Iguaçu, pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). O criminólogo alemão Sebastian Scheerer, admirado por muitos após conduzir no ano de 2011 um curso em Hamburgo com a participação de magistrados paranaenses, também falou ao jornal paranaense Gazeta do Povo.

Na sua estada em Foz, durante o evento da Amapar, ele evidenciou o debate em torno da política das drogas. “Droga não é assunto do Direito Penal”, criticou Scheerer, como demonstrou o título estampado no periódico paranaense. Simpático, humilde e orientador, o professor Sebastian fez a magistratura refletir em torno de tabus que hoje permeiam debates em congressos, redes sociais e demais ambientes de política propulsora. “Em países da Europa, como também no Canadá e na Austrália, há uma tendência de ver a questão das drogas mais como problema social e menos como um problema do Direito Penal”, assegurou.

Drogas e legislação

“A lei antidrogas é basicamente a mesma no mundo inteiro. Há legislações nacionais que se referem a convenções internacionais assinadas por todos os países do mundo. Há um espaço de manobra, ou seja, brechas pequenas, que alguns países utilizam mais do que outros. Por exemplo, em relação aos coffee shops da Holanda. Há 15 anos, o International Narcotics Control Boards, órgão das Nações Unidas, cita em seu relatório anual que a Holanda precisa voltar à legalidade porque assinou a convenção, a última delas realizada em 1988”.

Combate

“A ideia da redução de danos não é recente, vem dos anos 80, 90, mas é algo muito lento, bem devagar. Nos países europeus há uma tendência de desdramatizar a questão, tendo em vista que, diferente do que pensávamos, as drogas não necessariamente levam à morte da pessoa. Tem pessoas que utilizam as drogas e não são diferentes das outras pessoas da sociedade. Elas têm família, trabalho e uma vida tão produtiva quanto a de outras pessoas. Então não precisa combater as drogas em um sentido eliminatório, como as convenções querem”.

Estado de Direito

“Enquanto jurista, sempre vi uma contradição entre os princípios da legalidade e os princípios do Direito Penal no qual se diz que só se pode penalizar um ato que faz mal a uma outra pessoa. Se você só consome uma droga que pode fazer mal para você mesmo, é como eu comer muita manteiga e aumentar o colesterol e ter um piripaque... Mas isso não é coisa para Direito Penal. É informação para a saúde. E drogas, ao final das contas, deveriam ser mais um assunto para conselheiros de saúde, de informação, da saúde pública, da saúde da família. O instrumento do Direito Penal é para quem assassina, mata, fere a integridade do outro. É preciso diminuir os sofrimentos, os danos e ajudar as pessoas e não colocar milhares de pessoas na prisão onde irão piorar a saúde, a moral e ter um sofrimento desnecessário. E um Estado que cria um sofrimento desnecessário não é um Estado a serviço dos seus cidadãos. É um Estado a serviço de si mesmo, onde classes superiores querem ser livrar de classes baixas. Isto não é como deve ser o Estado de Direito. O Estado de Direito é de cada cidadão”.

Há monopólios de tabaco e álcool em muitos países. Em países como Suécia, Noruega, Finlândia, há monopólio de álcool e está funcionando – pelo menos não há guerras de gangues e milhares de mortos. As pessoas consomem, mas também há atendimento do sistema de saúde. Nunca vamos ter um sistema de consumo de drogas sem fatalidade. É preciso chegar aos problemas sérios, que às vezes são mentais e psicológicos. Esse problema da violência sem limites é artificial e pode ser evitado. É preciso ter uma visão mais clara, empírica e pragmática, tirar um pouco da ideologia. As pessoas têm o direito de fazer com as próprias vidas o que quiserem.

Drogas e crimes

“Não é que a droga instiga automaticamente a violência nas pessoas, muitas vezes os assassinos e integrantes do crime organizado não são necessariamente viciados, são homens de negócio, e o negócio deles tem uma particularidade, ou seja, o não acesso à justiça. Se você compra na Colômbia 10 quilos de cocaína e eles só te entregam cinco quilos, você não pode recorrer à justiça. Então para o mercado negro e o crime organizado que não têm acesso à justiça, só há um método, que é a vingança. Isso é uma questão de economia ilegal. Os norte-americanos pagam qualquer preço pela cocaína, uma droga barata na produção, mas com alto custo no consumo. Há muita concorrência entre grupos fornecedores e eles têm muitos conflitos resolvidos por meio da violência. Este tipo de situação já ocorreu na proibição do álcool, nos Estados Unidos. A máfia moderna nasceu porque o consumo e a importação de álcool foi proibido de um dia para outro. Mas os norte-americanos não pararam nem de importar, consumir ou distribuir. Tudo ficou no subterrâneo da vida ilegal e criou uma estrutura da máfia que mata. Isso acontece hoje no setor das drogas ilegais. Nos Estados Unidos, a tentativa de proibir o álcool fracassou. Eu acho que poderíamos salvar muitas vidas se alterássemos o mercado das drogas, da proibição para a regulação”.

Descriminalização

“Descriminalizar o uso das drogas seria muito importante para o Estado de Direito, que seria um Estado de respeito à liberdade da pessoa que não contribuiria com a miséria. A produção e a distribuição precisam ser tiradas do mercado negro, ou por via do monopólio estatal ou por via da descriminalização. Eu estou estudando esses modelos e há muita gente pensando nisso. Só que ainda há muito preconceito”.

Alemanha

“Nós temos aliviado bastante o problema, especialmente a demanda. Há uma distribuição via sistema de saúde pública. Os viciados recebem heroína, metadona. Já no mercado de maconha não há muito enfoque. De uma forma geral, não há muita repressão. Não é prioridade da polícia e da procuradoria reprimir. Há muito mais trabalhos sociais, centros de atendimento e esclarecimento sobre os riscos”.

Populismo penal



Novo Código Penal, Criminologia e Política Criminal. O catedrático professor Juarez Cirino dos Santos teceu comentários, em entrevista exclusiva, sobre temas “deformados” pela opinião pública.

Considerado um dos maiores estudiosos mundiais da criminologia crítica contemporânea, o professor Juarez Cirino dos Santos falou à *Novos Rumos* e teceu severas críticas ao projeto do novo Código Penal, que concentra atualmente o trabalho de relatores no Senado.

Sem rodeios, Cirino disse não haver necessidade de um novo diploma que verse sobre leis penais no Brasil. “Os convites para integrar a Comissão de Juristas foram efetuados por políticos, segundo critérios partidários, regionais ou profissionais”, enfatizou. Em outra via, o criminólogo falou do fenômeno conhecido como executivização do Poder Judiciário. “Ou seja, a convocação dos juízes para legitimar a repressão antecipada da pobreza”, criticou.

Professor Juarez, carecemos de um novo Código Penal? O atual compilado vigente é anacrônico, desatualizado e está em sério descompasso com os princípios fundamentais destacados em nossa Carta constituinte?

Vamos ser claros: não existe nenhuma necessidade de um novo Código Penal. Mas é preciso responder por partes.

Primeiro, a reforma da parte geral do Código Penal, onde estão os princípios de interpretação e aplicação da lei penal, é inteiramente desnecessária: apenas alguns ajustes na disciplina do erro de proibição e nas hipóteses de aplicação de penas restritivas de direitos – que poderiam ser feitas por uma simples alteração legislativa – e mais nada. Os princípios da parte geral não são anacrônicos, nem estão em descompasso com os fundamentos da Constituição Federal. Um exemplo pedagógico: o Código Penal alemão é de 1876, passou por profundas transformações nesses 136 anos de vida, mas manteve a estrutura original mediante inserções equilibradas de dispositivos e conceitos modernizadores, sem complicar a vida dos intérpretes e aplicadores do Direito Penal.

Segundo, a reforma da parte especial, onde aparecem os crimes e as penas, era conveniente do ponto de vista da incorporação da legislação extravagante, mas a codificação dessa legislação deveria seguir princípios rigorosos, e não simplesmente despejar no Código Penal a legislação esparsa. Assim, o Projeto perdeu a oportunidade de fazer uma verdadeira reforma, mediante seletiva e humanista redução de crimes, extinção de penas e ampla desinstitucionalização do sistema penal. Do ponto de vista da Criminologia crítica, as linhas mestras de uma reforma da parte especial seriam as seguintes: primeiro, descriminalização das infrações penais de bagatela (crimes

de ação penal privada, ou punidos com detenção ou com multa alternativa etc.), dos crimes qualificados pelo resultado, dos crimes de perigo abstrato etc., que devem ser expurgados do catálogo de crimes; segundo, despenalização mediante extinção do arcaico sistema de penas mínimas e redução das penas máximas (em especial, extirpando os crimes hediondos), porque a pena é criminogênica e as vítimas não estão interessadas em penas, mas em reparação do dano ou restituição da coisa, no modelo da justiça restaurativa; terceiro, desinstitucionalização mediante extinção dos inúteis manicômios judiciários, como fez a Itália com a Lei Basaglia, assim como mediante revitalização do *sursis* e do livramento condicional como fases de execução das penas fora das prisões, plenamente compatibilizáveis com as hipóteses de regime aberto – ao invés de extinguir esses substitutivos penais, como fez o Projeto.

Porque o senhor não foi convidado a integrar a comissão que elaborou o anteprojeto do Código Penal? A criminologia crítica, matéria que o senhor domina como poucos, poderia ter sido fonte de contribuição para o anteprojeto? De qual forma?

Os convites para integrar a Comissão de Juristas foram efetuados por políticos, segundo critérios partidários, regionais ou profissionais, recaindo sobre pessoas destacadas pela atuação no sistema de justiça criminal (Magistrados, membros do Ministério Público, Advogados), mas não incluiu nenhum grande penalista (como Juarez Tavares, UERJ), nenhum grande especialista em política criminal (como Nilo Batista, UERJ e UFRJ) e, sobretudo, nenhum grande criminólogo (como Vera Andrade, UFSC e Ana Lucia Sabadell, UFRJ). Não posso dizer porque não fui convidado, mas esclareço: se fosse convidado, não aceitaria. Afinal, minha concepção de política criminal estaria em franco antagonismo com a ideologia punitiva dominante na Comissão de Juristas, com uma ou outra exceção. Seria um esforço inútil.

A Criminologia crítica poderia contribuir mostrando a necessidade de um Direito penal mínimo comprometido com a proteção de bens jurídicos individuais (vida, liberdade, integridade, sexualidade etc.), reduzindo a destruição social produzida pelo sistema penal, cuja função real é garantir a desigualdade social nas sociedades capitalistas. Mas essa contribuição ficaria reduzida ao nível do discurso, tendo em vista o caleidoscópio ideológico da Comissão de Juristas. Na prática, o resultado seria o mesmo: um Projeto construído na perspectiva de um Direito Penal máximo, bem na linha das políticas autoritárias e repressivas do capitalismo neoliberal.

O senhor participou no mês de julho de um encontro da Associação dos Magistrados do Paraná que debateu a política criminal. O senhor gostou dos debates? Como colocar em prática o que foi tratado no encontro?

Gostei muito do encontro e dos debates. O Colóquio de Criminologia e Política Criminal da AMAPAR, realizado em Foz do Iguaçu, se caracterizou pelo elevadíssimo nível científico e político-criminal das conferências e debates, com a participação de especialistas de renome universal – como Sebastian Scheerer e Jörg Stippel, da Alemanha – e a ampla contribuição crítica dos magistrados paranaenses, sob a direção competente de Fernando Ganem e a liderança de fato de Luiz Fernando Keppen. A realização prática dos temas tratados no encontro passa pela reflexão crítica dos magistrados, com o desenvolvimento de atitudes comprometidas com a democracia e os Direitos Humanos – aliás, como ficou amplamente demonstrado no Colóquio –, que devem marcar a práxis judicial no mundo contemporâneo.



Qual deve ser o papel do juiz para a efetivação de políticas criminais?

A sociedade brasileira precisa de Juízes que assumam a garantia constitucional de independência política em face dos demais poderes e garantam os princípios do Estado Democrático de Direito no processo penal.

A independência política dos Juízes deve ser exercida em duas direções: primeiro, rejeitar a cooptação pelo Executivo para seus programas de política criminal, que exigem prisões temporárias, prisões preventivas, interceptações telefônicas e outras formas de vigilâncias sigilosas – fenômeno conhecido como executivização do Judiciário, ou seja, a convocação dos Juízes para legitimar a repressão antecipada da pobreza; segundo, assumir a função original de controle dos demais poderes: do Legislativo, mediante o chamado controle difuso e concentrado de inconstitucionalidade das leis penais, um fenômeno cada vez mais comum na globalização neoliberal; e do Executivo, na sua violência aberta contra o povo, com suas invasões bélicas de favelas e bairros pobres e matança em massa da população marginalizada. Nunca o povo precisou tanto de bons Juízes.

A garantia dos princípios do Estado Democrático de Direitos tem por objeto geral os princípios do Direito Penal, como legalidade, culpabilidade, lesividade, proporcionalidade e humanidade, e por objeto específico os direitos do acusado no processo legal devido, como o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência, com sua dimensão processual do *in dubio pro reo*.

O senhor considera que atualmente vivemos a era do populismo penal? O quanto isso é gravoso e interfere na política criminal adotada no País? Os três poderes andam em descompasso no investimento, criação e aplicação de políticas criminais?

De fato, hoje vivemos uma era de intenso populismo penal, promovido e estimulado pelos meios de comunicação de massa, que condicionam e deformam a opinião pública com a ideia falsa de que os problemas sociais podem ser resolvidos com penas criminais – e não com políticas públicas que promovam os direitos fundamentais da população oprimida e reprimida da periferia. O resultado é o clamor punitivo dos segmentos mais massacrados e embrutecidos da população, que desconhecem a origem de sua vida de miséria e privação, mas votam em políticos oportunistas e demagogos que prometem mais penas, mais polícia, mais prisões – e exigem mais dureza e maior celeridade do Sistema de Justiça Criminal. Assim, a ideologia punitiva toma conta dos poderes Executivo e Legislativo, e encontra eco no Judiciário, cada vez mais aturdido por discursos repressivos de todos os lados. Nesse contexto, o Projeto de Reforma do Código Penal é a mais eschachada manifestação desse populismo penal. Não obstante, tem alguns méritos: a) a descriminalização da droga, no aspecto de posse (ou de cultivo de plantas) para consumo próprio; b) a descriminalização do aborto, em várias hipóteses importantes, como o aborto por vontade da gestante, até a 12ª semana de gestação, se ausente condições psicológicas para a maternidade; c) a descriminalização da eutanásia em pacientes terminais, como ajuda passiva consentida pela vítima. Mas esses pequenos avanços não compensam os defeitos. Melhor deixar tudo como está.



Perfil do cárcere

*Jörg Stippel
compara os sistemas
penitenciários do
Brasil e da Alemanha*

Estudioso dos sistemas carcerários, o professor alemão Jörg Stippel critica a quantidade de presos no Brasil. Membro da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional e diretor do programa Estado de Direito no Chile, ele recebeu um convite da assessoria de imprensa da Amapar para falar à Gazeta do Povo durante sua passagem por Foz do Iguaçu, quando participou do encontro teuto-brasileiro de criminologia. “Vocês têm muito mais presos. Três vezes mais. Estatisticamente, vocês têm 250 pessoas privadas da liberdade para cada 100 mil habitantes e nós temos 86. Aqui parece que a política confia muito mais na utilidade da prisão. Outra diferença diz respeito ao tratamento. O Brasil não vê o preso enquanto cidadão, trata como alguém que perdeu grande parte dos seus direitos”, explicou.

Stippel aponta que na Alemanha o preso recebe um tratamento muito mais voltado à dignidade da pessoa humana, com penas mais curtas e equipe de assistência com maior estrutura. “Por exemplo, em uma penitenciária daqui havia uma psicóloga e dois assistentes sociais para 900 presos, o que não é suficiente. Na Alemanha há mais educadores, psicólogos e assistentes sociais. A pessoa, quando chega à prisão, em geral, tem dívidas, problemas com a família e, às vezes, a situação piora lá dentro. Por isso, é importante apoiá-las. E isto me parece que não acontece no Brasil”, critica.

Por que o sistema alemão tem menos detentos? Qual seria a saída para o Brasil?

Porque as penas são mais curtas. Na Alemanha, 90% dos presos cumprem penas de até cinco anos. No caso de homicídios normalmente são 15 anos. É preciso deixar a cadeia para crimes mais graves e individualizar a pena. Aqui todos os presos recebem o mesmo tratamento. Na Alemanha, existe o que chamamos de plano individual

para o tratamento, ou seja, se faz um tipo de contrato. Se o preso cumprir o que ficou acordado, por exemplo, trabalhar, fazer um curso de capacitação, submeter-se a um tratamento antinarcótico, ele recebe benefícios e progride no tratamento. Assim, sabe que o espera. Isso também evita decepções e violência. Tudo é um pouco mais previsível e não é tão arbitrário.

Dessa forma, pode-se afirmar que a qualidade das prisões e a organização do sistema afeta o índice de criminalidade?

O sistema no Brasil, como está hoje, é um incentivo à prisão. São escolas de delinquência. Claro, se os presos não têm o que fazer todos os dias, fazem planos, começam a brigar. Na Alemanha, não há emprego suficiente para os presos, mas se tenta conseguir trabalho. Os detentos trabalham, estudam, podem obter licenças para sair e estudar fora das prisões. Na Alemanha não é tão complicado planificar a execução porque as penas são mais curtas. Você pode planejar uma pena de dois, quatro anos, mas como se planeja 10, 15, 20 anos? Então é preciso ter penas mais curtas com um enfoque assistencial e não repressivo para que seja possível ressocializar. Aqui o enfoque é meramente repressivo.

No Brasil, há uma pressão da opinião pública para tratar os detentos com dureza, como o senhor avalia isso?

Isso acontece em todos os países. É um populismo penal usado pelos partidos de direita para fazer política. É preciso usar argumentos da acadêmica que digam o contrário, ou seja, mais penas produzem mais sofrimentos, mais gastos e mais delinquência. É preciso também que a academia elabore estudos que tenham propostas, sejam instrumentos para o sistema.



Código em descompasso

"A reforma terá que vencer vários tabus"

Legislação penal, vigente desde 1940, necessita de readequação social, aponta o desembargador José Laurindo de Souza Netto

O código Penal vigente carece de muitas alterações? Existe a necessidade de um novo Código? No contexto social, o que corrobora para tais alterações?

É necessário atualizá-lo ao contexto social contemporâneo e adequá-lo às novas exigências sociais. Além disso, é necessário corrigir algumas incongruências normativas relativas à quantidade de pena. Infelizmente, o legislador deu mais valor ao bem jurídico do patrimônio do que a vida ou da integridade física. Exemplo disso, se uma pessoa furta um veículo automotor com emprego de chefe falsa, poderá ser condenado à mesma pena de quem pratica uma lesão corporal gravíssima, uma agressão que deixa alguém cego, já que a pena para ambos os crimes é igual.

O Código atual é muito dispare dos princípios constitucionais predominantes, no que tange à aplicabilidade?

Eventuais disparidades relacionadas aos valores constitucionais devem ser corrigidas pelo Poder Judiciário, através da jurisdição. Ao Poder Judiciário cabe conferir e expandir a dimensão substancial da Constituição.

Em relação às penas, sob um aspecto social, a aplicação deveria ser revista? O critério de proporcionalidade está desfigurado?

O critério da proporcionalidade está completamente desfigurado. A título de exemplificação, existe uma disparidade entre a pena dos crimes de furto qualificado com a estabelecida para os crimes de lesões corporais gravíssimas. Ambos os delitos possuem a mesma sanção, qual seja, pena de 2 a 8 anos de reclusão.

Quais os principais tabus, no contexto social, que interferem na legislação penal brasileira?

Os mitos são representações de verdades profundas da mente, e as uniões deles em conjunto, de acordo com suas origens formam as diversas mitologias que conhecemos. A reforma terá que vencer vários tabus. Principalmente os temas considerados de cunho religioso, como o aumento de hipóteses que o aborto deixa de ser crime. Pela proposta uma gestante de até 12 meses poderá interromper a gravidez desde que um médico ou psicólogo ateste que a mulher não tem condições de arcar com a maternidade.

As tipificações do Bullying, homofobia, crimes cibernéticos... Qual a opinião do senhor sobre o tratamento dos novos tipos penais?

Não vejo com bons olhos a tipificação do Bullying e do direito penal politicamente correto. No caso do Bullying deve existir uma conscientização e não uma incriminação da conduta. Não é possível transformar a lei penal em uma sucessão de bandeiras do politicamente correto. Há medidas menos invasivas e mais efetivas para solucionar problemas sociais.



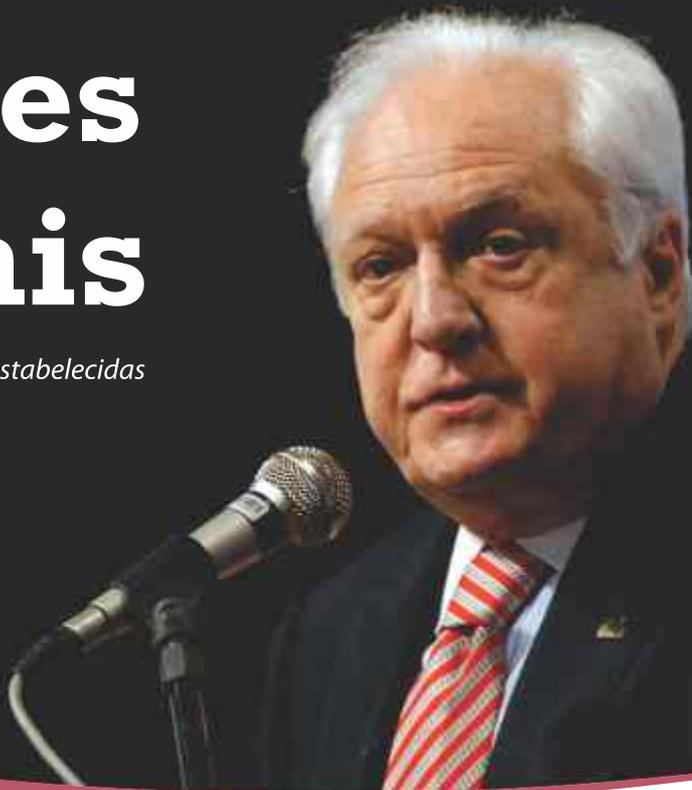
MOTORISTA!

**Respeite a Sinalização
Use o cinto de segurança
Respeite os outros
Se beber, Não dirija**

CUIDE-SE!

Aos juízes criminais

René Ariel Dotti dedica artigo às conclusões estabelecidas após encontro realizado pela Amapar



No artigo “Meios e métodos para melhorar a polícia judiciária”, publicado na Gazeta do Povo - edição de 11 de agosto de 2012 -, o catedrático professor René Ariel Dotti destacou as conclusões estabelecidas após encontro dos juízes criminais, durante evento organizado pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), no primeiro semestre. “Os participantes do encontro afirmaram expressamente que é necessário o aperfeiçoamento dos policiais em atividade e a melhor estruturação do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal”, destacou o advogado, após receber o documento da magistratura. Dotti é responsável pela cadeira titular da disciplina de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná e possui estreita relação com a Amapar.

Meios e métodos para melhorar a polícia judiciária

É muito comum em setores da mídia e na população em geral a opinião de que a impunidade se deve à demora dos julgamentos. Trata-se de uma meia-verdade. Com efeito, não se pode negar que o retardamento das decisões judiciais beneficia réus em face da prescrição, ou seja, da impossibilidade de o Estado impor uma pena quando não atendeu ao princípio da “razoável duração do processo”, uma das garantias individuais previstas na Constituição Federal. Mas no mesmo artigo está dito que também se asseguram “os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (art. 5.º, § 78). E tais “meios” compreendem não somente a aprovação de leis e de mudanças administrativas para desburocratizar os atos praticados durante a investigação, o processo e o julgamento dos crimes. Além de tais providências, é fundamental a adoção de métodos e meios de adequada política criminal para a melhor aplicação da justiça penal.

Essas reflexões vieram à mente ao conhecer as conclusões do II Encontro Estadual de Magistrados Criminais, promovido pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e que contou com a presença de autoridades judiciárias, a secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e o secretário de Segurança Pública do Paraná.

O combate à violência e à criminalidade exige a atuação conjugada das instâncias policial e judicial do Estado de direito democrático a fim de que a correta apuração desses fatos antissociais possa evitar não somente a demora dos processos, mas também o erro judiciário resultante da equivocada ou deficiente investigação. Com muita propriedade, o Código de Processo Penal usa a designação “polícia judiciária”, que tem por finalidade a apuração das infrações penais e da sua autoria (art. 4.º).

A eficácia da prestação jurisdicional no âmbito criminal depende da “boa instrução do inquérito policial, o que ocorre com o treinamento permanente dos agentes responsáveis pelas investigações”, declara uma das conclusões. Os participantes do encontro afirmaram expressamente que é necessário o aperfeiçoamento dos policiais em atividade e a melhor estruturação do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal, sendo “salutar que os cargos de escrivão de polícia sejam ocupados por quem tenha formação jurídica”.

Há outras reivindicações e recomendações de grande relevo, como a melhor estruturação das delegacias com atualização de equipamentos de informática; um meio eletrônico para localizar policiais civis e militares que devam comparecer em audiências de réus presos; concretas sugestões para o aprimoramento dos serviços dos peritos criminais e médicos legistas; específicas recomendações aos delegados de polícia para agilização na conclusão de inquéritos e a obediência aos requisitos legais para a validade de atos como a busca e apreensão e a lavratura do auto de prisão em flagrante.

Além dos resultados práticos do evento, é essencial que se mantenha a integração entre órgãos do Estado responsáveis pela boa execução da lei penal e que têm entre seus objetivos a segurança pública, dever do Estado e direito dos cidadãos responsáveis. Todos sabem que nos dias correntes a segurança pública é um gênero de primeira necessidade.

René Dotti, professor titular de Direito Penal, é conselheiro federal da OAB.



R\$ 19 mil ao Sersocial

A quarta edição da tradicional **"Feijoada Fraterna"**, realizada pela Amapar no dia 25 de agosto, na sede de Piraquara, atraiu mais de 350 pessoas para o ótimo almoço servido pela organização. O samba de primeira qualidade de Daniel Fagundes e banda, o chope gelado e o clima favorável contribuíram para o sucesso do evento que arrecadou mais de R\$ 19 mil ao **Projeto Sersocial**, parceria da Amapar com a prefeitura piraquarense e que atende crianças e adolescentes do Bairro Guarituba. Foram vendidos mais de 500 convites - além do apoio de patrocinadores - no evento que cresce a cada ano e que contou com a presença de magistrados, familiares, assessores do Tribunal de Justiça e amigos.

A Amapar agradece o bar Aos Democratas e as empresas Spaipa, Stival alimentos, Caixa, Brasil Foods, Costão do Santinho, Serra Verde Express, Sanepar, Banco Alfa, Perdigão, Berguns, MGA e Panvel. Também fica o agradecimento especial à equipe de voluntários da Amapar que trabalhou incansavelmente para proporcionar um ambiente especial aos presentes.

Sersocial – Durante a feijoada, ao falar aos presentes, o diretor do Sersocial, o magistrado Joel Pugsley, explicou que desde o ano de 2006 já passaram pelo projeto mais de 400 alunos e atualmente 80 crianças e adolescentes participam. Para colaborar com a ação de cidadania basta encaminhar um e-mail para financeiro@amapar.com.br.





Amapar propaga a Não violência

A Amapar realizou no dia 16 de agosto, no auditório principal da Emap, uma palestra sobre o tema “A violência, os conceitos relacionados, suas causas e consequências”. O encontro atraiu uma plateia formada por magistrados, professores e demais profissionais ligados às áreas da educação e psicologia e teve como convidada, na condição de palestrante, a psicóloga Joyce Pescarolo.

Antes do início da palestra, o presidente da Amapar, Fernando Ganem, ressaltou o compromisso da magistratura paranaense ao incentivar projetos como o Não Violência – lição de paz nas escolas. “Assumimos uma parceria, na atual gestão da Amapar, com a Associação Comercial do Paraná e Fundacen. O objetivo está em ressaltar ações contra a violência social”, disse Ganem. O magistrado também divulgou que os conceitos da “Não violência” estão sendo ampliados para o projeto de cidadania da Amapar, o Sersocial, onde crianças, adolescentes e pais começaram a assistir palestras com educadores.

O diretor do núcleo de Curitiba da Emap, o juiz Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, evidenciou o atual trabalho da Amapar, que está engajada em ações sociais e nas boas práticas da magistratura. “O Fernando tem aprofundado as atividades sociais dos juízes. Nós temos o dever de incentivar boas práticas e ressaltar o compromisso da magistratura com a pacificação social”, afirmou Rodrigo Otávio.

Violência social - Ao iniciar a palestra, a especialista Joyce Pescarolo indagou os presentes sobre o significado do termo violência e pediu a reflexão de todos sobre os mais diversos tipos de comportamentos violentos. “Os próprios autores, das mais diversas áreas que estudam a violência social, não entram em consenso para definir o significado do termo violência. A violência está em todo lugar, pois são atitudes que não preservam a vida conjunta, ou prejudicam o bem estar, tanto individual como o coletivo”, explicou. A psicóloga também criticou as pessoas que interpretam o comentado

bullying de forma distorcida. Conheça mais sobre o projeto Não Violência no site www.naoviolenca.org.br.

Nova palestra – Devido ao sucesso de público com o primeiro encontro, a Amapar evidenciará, em novo evento, o Dia Internacional da Não Violência, que será celebrado no dia 4 de outubro. Nova palestra acontecerá na sede da Escola da Magistratura de Curitiba, a partir das 19h. Mais informações no site www.amapar.com.br. Todos estão convidados.



A partir do dia 1º de outubro o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Judicemed – plano de saúde da magistratura - iniciarão um trabalho de conscientização na comunidade jurídica paranaense em torno da prevenção do câncer de mama. A ação consiste em divulgar o movimento mundialmente conhecido como Outubro Rosa. Para intensificar a campanha visual, o Palácio da Justiça receberá iluminação especial, em leves tons de rosa. Também participam da iniciativa o Centro Médico do TJ, o Hospital Erasto Gertner, as Amigas da Mama e a Humsol.

Acesse www.outubrorosa.org.br.

“Muitas pessoas devem a grandeza de sua vida aos problemas e obstáculos que tiveram de vencer.” Spurgeon

1 Vimos em televisão:

“Chuvas provocam muito trânsito em São Paulo.”

Ora, o trânsito independe das chuvas. O que elas podem provocar são “problemas de trânsito”

2 **“Sem papas na língua.”**

Essa é a forma correta. Não existe a forma “palpas na língua”. Convém lembrar que existe também as expressões **“em papos de aranha”** (forma popular) e **“em palpos de aranha”**, tida, por alguns, como eruditismo pedante. Palpos são apêndices de certos insetos.

3 **“Essa criança está doente. Vamos logo chamar o físico.”** Você sabia que, no português arcaico, a palavra “físico” tinha o sentido de médico?

4 **“Seria bem bom que (ou se) ela viesse visitar-me.”**

Você sabia que o advérbio “bem” pode também significar “muito”? Pois pode, como no exemplo acima.

5 O correto é **“proibida a entrada”** (sem o verbo “é”) ou **“é proibida a entrada”** (com aquele verbo). Estão erradas as formas: **“proibido a entrada”** e **“proibido à entrada”**. Mas, pode ser também: **“proibido entrada de crianças”** (sem o artigo “a”).

6 **“Quantas vezes não te vi distraído!”**

Observe que nem sempre o advérbio de negação “não” tem sentido negativo. Aí, o “não” faz o papel de reforço da afirmação.

7

Ouvimos em rádio:

“O orador falava perante a muitas pessoas.”

O correto é:

“O orador falava perante muitas pessoas.”

Sem aquele intruso “a”!

8 **Cães** (do latim canes – a, e); **cristãos** (do latim christianos – a, o); **sermões** (do latim sermones – o, e). Como se vê, dependendo da origem latina, a palavra tem o plural em: - **ães, -ãos ou -ões**.

9

“Visitei a Bahia.”

Essa é a forma correta.

As demais:

“Fui à Curitiba”

“Vou à Goiânia”

Contêm erro de crase, já que “Curitiba” e “Goiânia” não admitem o artigo. Logo, não admitem também a crase. A propósito, alguns nomes próprios locativos aceitam o artigo, outros, não. Veja: Vou a Paris (sem acento grave no “a”). Vou a Belém (também sem acento). Vou a Morretes (sem acento). Mas: Vou à França (com acento!). Vou à Lapa (com acento!). Damos uma dica: Faça uma substituição, assim: Vou a (?) Espanha = Estou na Espanha. Então: Vou à Espanha. Outro exemplo: Vou a (?) Mônaco = Estou em Mônaco. Logo: Vou a Mônaco (sem acento!). Entendeu bem? Se, na substituição, aparecer a contração “na”, haverá crase. Se aparecer só a preposição “em”, não haverá crase.

Conta Comigo

“Conta comigo”, ou “Stand by Me” no original, é um filme americano de 1986. Dirigido por Rob Reiner, baseou-se no conto *The Body*, de Stephen King. O destaque da trilha sonora fica por conta da música, de mesmo nome, *Stand by Me*, na voz de Ben E. King.

O filme começa com um renomado escritor, Gordie Lachance (Richard Dreyfuss), lendo jornal no interior de seu veículo, oportunidade em que toma conhecimento do assassinato de um advogado. O fato o faz lembrar a primeira vez em que vira uma pessoa morta. Isto foi em 1959, junto com outros três amigos, todos na faixa etária de 12 a 13 anos. Na ocasião, os garotos ficaram sabendo, antes das autoridades locais, da existência de um cadáver humano nas imediações da pequena cidade onde moravam. É assim que Gordie, Chris Chambers, Teddy Duchamp e Vern Tessio decidiram empreender uma jornada pela floresta, localizar o tal corpo e divulgar o fato ao público. Esta seria a porta de acesso ao sucesso, como chegam a dizer: “talvez publiquem nossa foto no jornal”, “quem sabe não vamos aparecer na TV”, “seremos heróis!”

Para atingirem a meta, combinam que cada qual dirá a seus pais que dormirá na casa do outro e, dessa forma, poderão passar a noite na floresta e localizar o corpo, sem impedimento dos adultos.

A viagem se revela um mergulho no proibido, no novo, no imprevisto. É a transposição de um muro antes inviolável. Tanto é assim que, para o percurso, os meninos levam uma pistola, invadem um ferro velho, fogem correndo de um trem no meio de uma ponte etc. A situação também propicia aos garotos o compartilhamento de seus dramas pessoais; de suas diferenças e semelhanças; de seus anseios e medos. Gordie diz se sentir rejeitado pelos pais, principalmente após a morte prematura do irmão mais velho, um promissor jogador de rugby e orgulho dos pais. Como ele mesmo diz: “após a morte de meu irmão, eu era invisível para meus pais”. Teddy tem idolatria pelo pai, um ex-combatente na II Guerra, mas que, aos olhos dos moradores locais, não passa de um lunático, o que causa descontrole emocional no garoto quando o assunto vem à tona. Chris se sente vítima do preconceito social em razão da má fama de seus familiares. Vern é obeso e, por conta disso, é rotulado como um boboca.

Durante a “viagem”, os garotos oscilam entre a inocência e a descoberta de um novo mundo que se avizinha; o mundo dos adultos. Isso fica claro em diálogos, por vezes infantis, quando questionam entre si: “o que afinal seria o Pateta se o Pluto já é um cachorro?” Ou:

“numa luta entre o super mouse e o superman, o superman venceria, pois é de verdade e não um desenho!”. Paralelamente, já estão presentes sinais da sexualidade, o que fica claro ao comentarem que a menina de um programa infantil está ficando com “peitinhos”.

Ao longo do percurso as revelações continuam. Os meninos logo se dão conta de que não estão mais protegidos como em suas casas, além de, agora, estarem privados da orientação sempre confortante e “segura” dos pais. Percebem que o caminho, agora, deverá ser trilhado por eles mesmos e com base em suas próprias escolhas, arcando com as responsabilidades daí advindas. Só que ao percorrê-lo percebem também que há dúvidas, incertezas, riscos e que não existe qualquer garantia alguma ou fórmula matemática para o êxito. O caminho mais parece um desafio e somente poderá ser realizado se houver enfrentamento, confiança, adaptação, intuição e fé, mesmo que, no caso dos garotos, não se saiba exatamente em quê...

A cena mais impactante – e aqui não há qualquer spoiler, até porque isto é dito logo no início do filme – ocorre quando os meninos encontram o cadáver perdido. Neste instante, Gordie diz mentalmente para si: “ele não estava doente; ele não estava dormindo;...ele estava... MORTO!”. A partir desse momento, os antes meninos jamais serão os mesmos. Haviam se deparado com a última jornada do ser humano; sempre passível de reflexão. É a morte que nos traz uma série de perguntas e poucas respostas, nem sempre convincentes. Isto fica claro quando, ao retornarem para a cidade, um dos meninos diz para si mesmo: “andamos todo esse caminho para sermos heróis!”, porém “quando voltamos à cidade, ela (a cidade) parecia diferente;...parecia menor...”. Mais adiante, a cena retorna a Gordie adulto. Ele está diante de um computador, digitando o seguinte: “nunca mais tive amigos como aos 12 anos...”

O filme nos prende do início ao fim, pois não há quem não se identifique. Todos, de alguma forma, realizamos esta passagem; da onipotência da infância para os áspersos limites da vida adulta; da inocência para a realidade; dos sonhos delirantes para os sonhos possíveis. Só que esta passagem não se esgota nessa fase da vida. Ela ocorre diariamente, sobretudo se prestarmos atenção à nossa volta. A cada dia somos testados em nossas crenças, verdades, certezas, sonhos, sempre com a morte beirando nossa caminhada. A cada dia somos convidados a rever nossas posições; a alterar nossos percursos; a seguir ou a parar.



O Renascimento e Giotto

A riqueza da arte italiana, como suas pinturas antigas contadoras de histórias, esculturas que maravilham os olhos, igrejas com todo o requinte e ornamentação em seus pequenos detalhes, fazem parte de um contexto histórico, presente na memória cultural do povo brasileiro, em especial o período do Renascimento que revolucionou a vida e costumes da Europa e dos países que deles surgiram. É considerado o primeiro período da história a ser consciente de sua própria existência e também a cunhar um termo para se autodesignar.

Para compreender a arte italiana do sec. XV, um período marcado por grandes acontecimentos nas artes plásticas, música, literatura, filosofia, política, economia ou ciência que culmina com as conquistas marítimas, grandes invenções e a valorização do ser humano, medida pela sua capacidade de inteligência, o conhecimento e o dom artístico. É necessário voltar um pouco na história e compreender o período dos sec. XIII e sec. XIV, que antecederam os grandes gênios da arte do Renascimento, como Michelangelo, Leonardo da Vinci, Botticelli, Rafael, Brunelleschi, Tintoretto e tantos outros.

Nos primórdios do Renascimento, renasce a cultura greco-romana, vista como o ápice do poder de criação feita pelo homem, rompida de forma brutal com a chegada da idade média e seus mil anos que então se seguiu.

Ao retomar com a antiguidade clássica, redescobrem toda a grandiosidade das realizações antigas nas artes e nas idéias, o objetivo do renascimento não era reproduzir com exatidão as obras, mas superar o modelo. Neste momento o individualismo e o humanismo permitiu ao homem ser o senhor do seu destino, caracterizados pela rejeição da Idade Média e a retomada do clássico, a nova era deslumbra o nascimento do homem moderno.

A arte exibe uma nova fórmula na representação, ao narrar à história real abre caminhos até então inexplorados. Os artistas criam cenas do cotidiano, ilustram pessoas comuns, o cuidado com os pormenores, o emprego rigoroso das linhas, uma paleta luminosa e uma técnica elaborada. Arquitetos continuam a construir igrejas, mas agora, baseados nos estudos das estruturas clássicas pagãs.

Encontramos no começo do Renascimento artistas na pintura como o mestre Giotto, Duccio, irmãos Lorenzetti, Simone Martini, Fra Angelico, as delicadas iluminuras dos irmãos Limbourg na França. Na literatura Dante Alighieri (1265-1321). Com a Divina Comédia, que consagrou a língua italiana. Estes artistas buscaram inspiração na própria vida e, ao fazer, descobriram uma nova verdade redescobrimo o antigo com a interpretação do novo, deixando para trás o período negro da idade Média, imergindo para o Renascimento com uma arte mais leve e sofisticada.

Giotto (1267 – 1337), que antecedeu ao período, foi um dos grandes pintores que impulsionaram o afloramento do Renascimento. O antigo para ele não é modelo, mas uma experiência histórica para investir no presente, ao reinventar a pintura, empregando uma linguagem moderna e o equilíbrio entre o clássico (arte grega) e a vida real.

O artista era por natureza um pintor de afrescos, técnica que resulta da aplicação de tinta sobre o gesso ainda úmido. Em suas

pinturas mudou a maneira de compor temas religiosos, ficou conhecido como o pintor de São Francisco. Sua principal característica vai de encontro com a visão humanista do Renascimento, ao tratar a figura do santo, em um ser humano comum como tema central, ilustra a passagem da vida do santo e acontecimentos em meio à natureza.

Parte de um afresco da pintura de Giotto na Basílica de São Francisco em Assis, marca a vida de São Francisco dedicada aos pobres, a preocupação com o outro e a humanidade de Cristo. Sua atitude original de amor ao próximo, a bondade em um tempo que o mundo era visto como mau.

Giotto buscou, através de suas obras, inspiração na vida de São Francisco para representar de forma revolucionária as mudanças ocorridas de ordem econômica, política, social e religiosa, rompendo com a rigidez da arte bizantina e medieval, atingindo novas representações ao narrar a vida do santo que pregava o mundo espiritual próximo do humano, que procurava as origens do cristianismo e a volta aos evangelhos.



Chloris Elaine Justen de Oliveira é diretora do departamento de Arquivo e Memória da Amapar

Centenário do falecimento do Barão do Rio Branco e a questão de Palmas

No dinheiro brasileiro, sua efigie foi impressa em três oportunidades:

1913 - 5 mil réis



1924 - Cr\$ 5 cruzeiros



1978 - Cr\$ 1.000,00



E no verso das moedas de R\$0,50



José da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco (*1845+1912), filho do senador do Império José da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores que, desde muito jovem acompanhava seu pai, secretariando reuniões internacionais. Aos dezesseis anos publicou trabalho histórico e ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Fluente em línguas, ocupou-se de empregos ligados ao serviço diplomático e consular. Apesar da reconhecida capacidade intelectual, Juca Paranhos, assim chamado, não gozava de boa fama perante o Imperador: vivia maritalmente com uma atriz belga e isto ofendia os costumes da época.

Nomeado pela Princesa Isabel para chefiar o Consulado-Geral de Liverpool, na Inglaterra, em 1876, teve oportunidade de organizar um rol de documentos, mapas, catálogos, coleções geográficas e históricas, adquiridas em leilões e no comércio livreiro europeu. No fim do Império recebeu o título de barão, que adotou na assinatura numa homenagem ao seu pai.

Em 1893, o Brasil era uma nação conflitada, recém ingressada na República, enfraquecida por lutas internas. O Paraná, um rincão longínquo, afastado do centro do poder, a meio caminho dos revolucionários do Sul, inabitado, limites e fronteiras não demarcadas e, ainda, em litígio. O vice-presidente Floriano Peixoto, que assumia a presidência da República, enfrentava desacertos políticos e grave crise institucional.

Existia uma ação de demarcação de limites entre Brasil e Argentina, sudoeste paranaense e oeste de Santa Catarina, entre os rios Chopim no Paraná, Chapecó em Santa Catarina e Santo Antônio-Peperi-Guaçu na Argentina, desde 1777. As divergências, incluindo uma frustrada tentativa de partilha, levaram a questão ao arbitramento internacional, presidida pelos Estados Unidos. Com o falecimento do diplomata Barão Aguiar de Andrada, encarregado da defesa na chamada 'Questão de Palmas', Floriano Peixoto nomeou o Barão do Rio Branco para advogar os interesses nacionais.

O Barão do Rio Branco, aos 48 anos, residia na Inglaterra e levava 'uma vida de retraimento', segundo suas próprias palavras. Nomeado, instalou-se em Washington, dispensou o advogado designado pelo antecessor falecido e iniciou o trabalho de montagem da exposição de motivos. Redigiu sozinho a "Memória", apresentando documentos originais, mapas primitivos,

dados minuciosos num texto primoroso que levou o Presidente Glover Cleveland ao convencimento de conceder o direito de posse ao Brasil em 1895.

No mesmo ano, 1895, foi chamado para resolver com a França a posse do Amapá. O presidente da Suíça Walter Hauser, árbitro do litígio, convencido pela tese apresentada, emitiu laudo favorável ao Brasil, em 1900. Os limites da Guiana Inglesa foram arbitrados pelo rei da Itália, Vicente Emanuele III, em 1904. Em 1906 as fronteiras com a Guiana Holandesa foram pacificamente aceitas pelas duas nações. Em 1907, outra vez, com habilidade e segurança, conseguiu um desfecho satisfatório na questão com a Colômbia e, dois anos após, 1909, suas ações apaziguaram a disputa na fronteira do Peru. A questão sobre o uso das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, no Uruguai, através de concessão voluntária, foi considerada um correto e justo encaminhamento diplomático. Reconhecido pela habilidade e capacidade intelectual, seu maior feito foi a consolidação das fronteiras brasileiras em processos de arbitramento, inteligentes negociações, abstando-se de utilizar o recurso das armas, tão comum naqueles tempos.

O Paraná nominou uma cidade de Clevelândia, na área de disputa em homenagem ao presidente americano, árbitro da questão. O Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, recebeu inúmeras honrarias, empresta seu nome a cidades, avenidas, escolas, edifícios, entidades, clube de futebol e praças para que permaneça na memória dos brasileiros sua trajetória de homem culto e conciliador. A cruz de mérito da Ordem do Rio Branco é condecoração instituída pelo presidente João Goulart e oferecida aos funcionários da ativa da carreira diplomática brasileira.

A capital do Estado do Acre, a cidade fronteira uruguaia às margens do Rio Jaguarão, ambas levam seu nome e também a localidade de Paranhos, no MS. José da Silva Paranhos Júnior, o Barão, regularizou sua união com Marie Philomène Stevens em 1889, em Londres, quando já tinham cinco filhos.

Em Curitiba, além do Tiro Rio Branco, da escola estadual e da bela avenida, a sede da Câmara Municipal de Curitiba, o Palácio Rio Branco, são assim nominados em sua homenagem. O imponente monumento, autoria de Rodolfo Bernardelli, erigido em bronze, através de recursos obtidos por subscrição popular, foi inaugurado em 1914, sendo o maior da capital paranaense.

O Maranhão

O fato é absolutamente verdadeiro e passou-se no Juizado Criminal numa audiência de conciliação. O casal havia se separado. Depois da separação, o ex-marido teria ameaçado a esposa e isso os trouxe até ao Juizado Criminal para resolução da pendenga. Aberta a audiência de conciliação, a conciliadora, com seu reconhecido talento e experiência, mostrou aos contendores a vantagem da conciliação e arquivamento do caso.

A mulher concordou em retirar a queixa, em nome da paz, mas exigiu que o marido lhe entregasse alguns bens pessoais que ainda estavam na casa dele. O marido, previdente, disse que não havia problema, que, inclusive, estava com os tais bens em seu carro e prontificou-se a ir buscá-los, o que foi aceito.

Suspensa a audiência, o homem foi até o carro e voltou com uma caixa.

Colocou-a no chão e de seu interior começou a retirar os bens da esposa e a colocá-los em cima da mesa. A primeira peça foi uma calcinha muito sexy.

- Lembra-se, foi comprada em Paris?

A mulher deu de ombros.

A segunda, foi o sutiã.

- Sem o sutiã, a calcinha não teria valor. Pegue.

A mulher continuou calada, agora com a cara mais amarrada.

A terceira foi o Maranhão.

- Você não iria poder viver sem ele – E colocou em cima da pesa um descomunal pênis de silicone.

Nesse momento, a mulher que já estava irritada, explodiu:

- Guarde isso para você. Isso não é meu... Que absurdo – e outras palavras do gênero, algumas não publicáveis.

- É seu!

- Não é meu!

- É seu, sim senhora!

- Não é!

A conciliadora, ruborizada, interveio.

- Tirem o Maranhão daqui ou chamo a polícia.

- Eu não tiro, disseram os litigantes e seus advogados – todos ao mesmo tempo.

Enquanto isso, alheio a tudo, o Maranhão jazia calado sobre a mesa.

Como ninguém quisesse obedecê-la, a Conciliadora levantou-se para chamar o policial.

Foi aí que o advogado do marido disse que resolveria o problema. Pegou o Maranhão e o enfiou embaixo do paletó.

Em seguida, todos deixaram a sala.

A conciliadora saiu logo atrás, em tempo suficiente para ver o advogado atirar o Maranhão na lata de lixo.

Com o barulho, um circunstante se aproximou para ver o que havia sido jogado. Outros se aproximaram e logo, todos os que aguardavam as audiências – e não eram poucos – vieram matar a curiosidade.

De repente, chegou uma das Serventes.

- O que é que está acontecendo aqui?

- É o Maranhão que foi jogado no lixo – respondeu alguém que não quis se identificar.

A mulher se aproximou olhou o bicho e não teve dúvidas.

Enrolou o Maranhão em um jornal e o levou embora.

No dia seguinte, ninguém falou do Maranhão. Mas conta a lenda que a Servente, que nos últimos tempos não andava lá de bom humor, chegou ao trabalho com um sorriso nos lábios, exalando felicidade.



CORTE, HISTÓRICO DE JUROS NA CAIXA

PROGRAMA
**CAIXA
MELHOR
CRÉDITO**

A CAIXA CRIOU O PROGRAMA CAIXA MELHOR CRÉDITO, REDUZINDO AINDA MAIS AS TAXAS DE JUROS DE SUAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO. SE ANTES A CAIXA JÁ OFERECIA AS MELHORES CONDIÇÕES PARA EMPRÉSTIMO PESSOAL, CRÉDITO CONSIGNADO, CARTÃO DE CRÉDITO E CHEQUE ESPECIAL AS NOVAS TAXAS VÃO SURPREENDER AINDA MAIS.

QUEM TEM CONTA-SALÁRIO NA CAIXA VAI PAGAR JUROS MENORES AINDA. E QUEM AINDA NÃO TEM, PODE TRAZER SUA CONTA-SALÁRIO PARA A CAIXA E APROVEITAR ESSA HISTÓRICA QUEDA DE JUROS. VEM PRA CAIXA!

ACESSE O SITE **CAIXA.GOV.BR**, PROCURE A AGÊNCIA MAIS PRÓXIMA OU **DISQUE 0800 726 0222** PARA MAIS INFORMAÇÕES.

A VIDA PEDE MAIS QUE UM BANCO. A CAIXA É MAIS QUE UM BANCO.

SAC CAIXA: 0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência
auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474

CAIXA
A vida pede mais que um banco

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA